



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO

## REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

A Sua Excelência o Senhor,  
**ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO**  
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Sr. Presidente,

1. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH "acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas" e, por sua vez, à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA "acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a sua implementação e as suas revisões" (Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019).
2. De acordo com o art. 3º da Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006, que aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos, este deve ser revisto a cada quatro anos e, atualmente, o PNRH encontra-se em seu último ciclo de implementação, com Prioridades, Ações e Metas estabelecidas para o período 2016-2020, aprovadas pela Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021, pela Resolução CNRH nº 216, de 11 de setembro de 2020.
3. As Prioridades, Ações e Metas do PNRH para 2016-2020/21 são resultado do segundo processo de revisão do PNRH, para o qual foi realizada consulta pública aos membros de colegiados de recursos hídricos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh e à sociedade em geral, bem como o Seminário Nacional para a consolidação dos resultados da revisão e proposição de ações e metas em relação para o período 2016-2020.
4. A análise da situação da implementação das metas cabe à CTPA, que realizou a Oficina de trabalho para "Análise da implementação das Prioridades e Metas do PNRH para 2016-2020" com essa finalidade, em 19 de novembro de 2020. A partir da referida oficina, a CTPA emitiu o Parecer 2 (SEI 2929303), com a análise da CTPA em relação às Prioridades e Metas do PNRH para 2016-2020/21, bem como à metodologia de elaboração do Informe de Implementação das Prioridades e Metas, bem como com recomendações a serem remetidas às instituições responsáveis pela execução das metas e pelo monitoramento do PNRH, para o aprimoramento das informações prestadas, ou da sua própria execução, no decorrer de 2021.
5. Diante do acima exposto, a Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA concluiu pelo encaminhamento dos resultados desta análise

para conhecimento do Plenário do CNRH, sugerindo a emissão de Comunicação do CNRH com recomendações para a implementação do PNRH no exercício de 2021 e a elaboração do PNRH 2022- 2040.

6. A matéria está sendo submetida em regime de urgência, uma vez que as informações sobre a execução das Prioridades e Metas do PNRH, bem como as recomendações às instituições executoras, são importante conteúdo a orientar o processo de elaboração do PNRH 2022-2040, no decorrer de 2021, bem como para dar maior transparência aos resultados da implementação do atual PNRH.

7. Assim, considerando a relevância da circunstância temporal para o caso em tela e, considerando ainda, que o processo atendeu as disposições da Lei 9.433, de 8 de janeiro 1997, bem como da normatização infralegal, os conselheiros subscritos REQUEREM, nos termos do art. 11 do Regimento Interno, urgência na apreciação, pelo Plenário, da Minuta de Comunicação que encaminha às instituições executoras do PNRH o “Informe sobre a Implementação das Prioridades, Ações e Metas do PNRH para 2016-2020” e o Parecer Técnico nº 02/CTPA/CNRH, com recomendações para o ano de 2021 e a elaboração do PNRH 2022- 2040.

## **MINUTA DE COMUNICAÇÃO Nº ....., DE ..... DE DEZEMBRO DE 2020.**

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, n. 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.000/2019,

Considerando que o Decreto nº 10.000, de 2019, que “dispõe sobre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos”, e versa em seu Art. 9º, Parágrafo II, que compete à Câmara Técnica de Planejamento e Articulação “acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, a sua implementação e as suas revisões”;

Considerando que o atual PNRH se encontra em seu último ciclo de implementação, com Prioridades, Ações e Metas estabelecidas para o período 2016-2020, aprovadas pela Resolução nº 181, de 7 de dezembro de 2016, cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021, pela Resolução CNRH nº 216, de 11 de setembro de 2020;

Considerando a análise realizada pela CTPA do “Informe sobre a Implementação das Prioridades, Ações e Metas do PNRH 2016-2020”, elaborado com base nas informações prestadas pelas instituições responsáveis por cada uma das metas, de acordo com o estabelecido na Resolução CNRH nº 181/2016;

Considerando que a prorrogação deste último ciclo de implementação do PNRH para 31 de dezembro de 2021 constitui oportunidade para a complementação e aprimoramento “Informe sobre a implementação das Prioridades, Ações e Metas do PNRH 2016-2020/21”, bem como para a eventual conclusão de metas em andamento, resolve:

Encaminhar às instituições executoras do PNRH o “Informe sobre a Implementação das Prioridades, Ações e Metas do PNRH para 2016-2020” e o Parecer Técnico nº 02/CTPA/CNRH, com recomendações para o ano de 2021 e a elaboração do PNRH 2022- 2040.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO  
Presidente do CNRH

SÉRGIO COSTA  
Secretário-Executivo do CNRH



Documento assinado eletronicamente por **Igor Souza Ribeiro, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 16:59, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Lopes Varella Neto, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 16:59, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Sampaio Costa, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 17:09, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pires da Silva, Coordenador(a) Geral de Projetos de Água e Esgoto**, em 08/12/2020, às 17:21, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 17:28, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SERONNI MENDONÇA, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 17:37, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Analista de Infraestrutura**, em 08/12/2020, às 17:38, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NASCIMENTO DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 18:18, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BATISTA PIMENTEL, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 18:26, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Carlos Couto Lóssio Filho, Usuário Externo**, em 08/12/2020, às 22:16, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2927560** e o código CRC **BE173E7B**.

